



Ruralistas e ONGs: o conflito inútil

José Truda Palazzo Jr.

Nosso querido Brasil, cujo povo em matéria de alienação dos grandes temas nacionais faz inveja às ovelhas da Nova Zelândia, assistiu surpreso há poucas semanas a uma mobilização sem precedentes da sociedade civil para impedir a votação de um projeto de lei: o que modificava radicalmente o Código Florestal, extinguindo vastas áreas de preservação de florestas nas propriedades rurais e praticamente aniquilando o amparo legal para conservação futura de áreas florestais em propriedades privadas do País. Patrocinado pela bancada ruralista do parlamento federal, o projeto em tela acabou retirado de pauta por pressão de um sem-número de entidades civis nacionais (o Greenpeace era apenas uma delas, apesar do seu espalhamento de mídia sempre roubar a cena), que conseguiram sensibilizar o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para a necessidade de mais discussão prévia, pública e detalhada do tema.

Agiu bem o ministro Sarney em posicionar-se a favor de mais discussão. O projeto apresentado era, efetivamente, muito ruim sob os pontos de vista técnico e jurídico. Uma questão tão relevante como a política florestal nacional não pode ser decidida na penumbra do Planalto e de afogadilho.

É fundamental, entretanto, que não se perca na gritaria posterior ao fato, tanto de ONGs comemorando como de parlamentares maldizendo e jurando vingança, um importantíssimo, talvez vital, aspecto do projeto apresentado: o de consolidar, no seu radicalismo anticonservação, a evidente e preocupante insatisfação do meio rural brasileiro com a forma de se conformar e aplicar a política nacional de conservação dos recursos naturais.

Assiste imensa razão aos ruralistas em estarem descontentes. Os produtores rurais acima de medianos, neste país, são vítimas permanentes da demagogia oficial. Ora se abate sobre eles o populismo de uma reforma agrária malfeita e a mais das vezes inútil e daninha – tanto à produção como à natureza, eis que ainda hoje se toma área preservada por terra improdutiva e raramente se ordenam os “assentamentos” de forma ambientalmente sustentável –

ora se quer imputar ao proprietário rural o ônus solitário de arcar com a conservação dos recursos naturais, fauna e flora, sem que se lhe dê um mínimo de incentivos práticos para tanto.

Um breve olhar sobre os últimos 35 anos – período em que vigorou, sob formas mais ou menos restritivas, o Código Florestal de 1965 – mostrará que a legislação meramente declaratória e punitiva nada pode contra a realidade dos fatos: a cober-

Ainda hoje se toma área preservada por terra improdutiva e raramente se ordenam os “assentamentos” de forma ambientalmente sustentável

tura florestal natural do Brasil, essencial à conservação do solo, das águas e da fauna, além de à estabilidade do clima, continua a ser velozmente exterminada. Não há, portanto, o que comemorar com a derrota do projeto dos ruralistas: continuamos, todos, reféns de uma conjuntura que não estimula a conservação das florestas, nem da fauna a elas associada, nem de outros importantíssimos ambientes naturais como os banhados e campos nativos.

Esses ambientes naturais, à exceção da ínfima e mal guardada parcela de parques e reservas, estão todos sob a tutela do proprietário rural brasileiro. Afora a Amazônia, com suas complexidades peculiares de fronteira do desenvolvimento, todo o resto do País necessita urgentemente de uma ação efetiva, destina-

Continuamos, todos, reféns de uma conjuntura que não estimula a conservação das florestas, nem da fauna a elas associada

da não a afrontar aos ruralistas, mas sim implorar a eles que se mobilizem para preservar o que resta em suas terras de áreas naturais representativas, sabendo que, se depender da fiscalização do Ibama ou dos discursos de ONGs urbanas, eles irão todos para o bebeléu, aniquilados não por uma presumida maldade ou má-fé dos fazendeiros, mas sim pelas realidades econômicas do meio rural nesses tempos de globalização *ma non troppo*.

Proibidos de lucrar legalmente com a fauna silvestre existente em suas áreas, por conta de uma política de imobilismo e falta de foco em gerir adequadamente nossas espécies, e mesmo se sabendo que a caça amadorista nos Estados Unidos gera só em arrendamentos e aquisições de áreas para o manejo de fauna cerca de US\$ 3,2 bilhões/ano; obrigados a assegurar, para o bem de toda a sociedade mas à custa apenas de si mesmos, grandes áreas de ambientes preservados aos quais seu acesso para produção é vedado, os ruralistas acabam cedendo ao canto de sereia de alguns maus políticos que, por uma ou outra razão, fazem de sua profissão o atear fogo ao circo, em vez de agir como interlocutores legítimos dos diversos segmentos sociais em conflito.

É urgente que nós todos, ambientalistas e ruralistas, brasileiros todos, joguemos os nossos radicais de ambos os lados no ostracismo por um bom tempo e nos dediquemos à construção de um pacto para um meio rural sustentável e em equilíbrio com as necessidades de conservação e uso racional da fauna e flora. Esse pacto, que deve obviamente preservar os limites à destruição dos ambientes naturais, precisa sem demora criar incentivos econômicos diretos aos proprietários rurais que conservem adequadamente os recursos de fauna e flora sob sua guarda. Esses incentivos devem, urgentemente, ser definidos e sacramentados em lei, não importa o que digam os inimigos de todo tipo de incentivo legítimo e útil. As favas os Malans da vida, com sua incapacidade de enxergar as necessidades de futuro ambientalmente sustentável do Brasil, e os burocratas imobilistas que são sempre contra todo tipo de gestão de recursos naturais por dogma ou preguiça. As favas os políticos aproveitadores e os “ambientalistas ativistas” pirotécnicos. Nós precisamos é de gente de bem criando em conjunto um futuro ambientalmente sadio para o meio rural. Sem isso, continuaremos a ver nosso patrimônio natural desaparecer e seguiremos brigando inutilmente, para alegria de quem nada faz senão criar confusão.

José Truda Palazzo Jr. é naturalista, escritor e diretor-executivo da Sociedade Brasileira para a Conservação da Fauna